

BNDES mira em infraestrutura e pequenas empresas

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinou quase 90% do total desembolsado no primeiro semestre para micro, pequenas e médias empresas e para o setor de infraestrutura. Os dois segmentos são a prioridade na atual fase da instituição, disse o presidente do banco de fomento, Dyogo de Oliveira, enfatizando também o papel complementar que o BNDES terá daqui para frente para financiar o investimento. O mercado de capitais terá uma participação cada vez maior nessa tarefa, segundo ele.

Dyogo observou que os empréstimos para empresas de até médio porte, com faturamento máximo de R\$ 90 milhões por ano, responderam por quase 50% do total desembolsado de janeiro a junho. Essas companhias ficaram com R\$ 13,495 bilhões, exatos 48,6% dos R\$ 27,8 bilhões que o BNDES financiou no período. O valor destinado a esse grupo de empresas foi 1% superior ao da primeira metade de 2017. Já os desembolsos totais tiveram mais uma queda expressiva, de 17%, num cenário de forte encolhimento dos empréstimos do banco.

"O foco é pegar companhias num estágio que elas possam escalar,

como se diz no banco, com o apoio do BNDES", disse Dyogo, em entrevista ao Valor. A fatia das micro, pequenas e médias empresas no total emprestado foi de 42% em 2017 e de apenas 27,4% em 2010.

Nesse cenário, o BNDES vai compartilhar o risco de crédito em operações com essas companhias, assumindo uma parcela de 30% - os outros 70% serão responsabilidade das instituições que atuam com agentes financeiros do banco. Hoje, elas ficam com 100% do risco. A expectativa é que isso entre em vigor em dezembro, contribuindo para reduzir as taxas cobradas.

Já o setor de infraestrutura abocanhou R\$ 11 bilhões no primeiro semestre, quase 40% dos recursos desembolsados pelo banco nesse período. Esse valor é 9% inferior ao destinado à área na primeira metade do ano passado. Em 2017, projetos de infraestrutura ficaram com 38% do total emprestado pelo banco. Em 2016, com 29,4%.

Dentro do segmento, o setor de energia elétrica é o que recebe a maior parte dos recursos. De janeiro a junho, ficou com 37% dos R\$ 11 bilhões destinados para infraestrutura. De acordo com Dyogo, isso ocorre porque o modelo regulatório do setor de energia "é bom". O mesmo não ocorre com a área de saneamento básico, cujo modelo é "deplorável", segundo ele.

"A prerrogativa constitucional é municipal, a empresa é estadual e o funding é federal. Ninguém consegue administrar."

Para o presidente do BNDES, não há problemas de falta de recursos para o financiamento de infraestrutura no Brasil. Ele disse que o banco tem dinheiro para a tarefa, e ainda pode fazer captações no mercado para cumprir esse objetivo. Além disso, Dyogo enfatizou o crescimento do papel do mercado de capitais nesse processo. Neste ano, as emissões de debêntures de infraestrutura superaram R\$ 10 bilhões até junho, mais que os R\$ 9 bilhões emitidos de todo o ano passado, notou Dyogo. Segundo ele, há também uma estruturação de vários fundos de infraestrutura no mercado, movimento que conta com o apoio do BNDES.

Na visão de Dyogo, o mercado de capitais deverá ocupar um espaço cada vez maior no financiamento à infraestrutura no país. Para isso, o fundamental é a qualidade da regulação. Segundo ele, novos projetos de energia eólica que têm saído contam com muita participação do mercado justamente por causa da boa regulação.

E como fica o crédito para grandes empresas na atual fase do banco? "As grandes companhias têm hoje no BNDES aquelas condições distorcidas que tinham antes",





afirmou Dyogo. Na época em que o banco oferecia financiamentos em condições muito generosas, muitas empresas faziam uma "arbitragem", segundo ele. Pegavam os recursos próprios que poderiam ser usados para investir e os aplicavam, tomando então empréstimos no banco de fomento para então fazer investimentos. "O BNDES não oferece mais oportunidade para isso". A partir deste ano, a Taxa de Longo Prazo (TLP) substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do banco, visando eliminar os subsídios num prazo de cinco anos.

Hoje, empresas com acesso a crédito barato têm inclusive tomado recursos no mercado para pagar antecipadamente dívidas com o instituição. Grandes companhias estão num estágio em que muitas delas não precisam de empréstimos do BNDES, por conseguirem captar dinheiro no mercado, disse Dyogo. Ele afirmou que o banco deve

participar de projetos que agregam valor, conhecimento, tecnologia e capacidade produtiva, melhorando a produtividade da economia. Iniciativas que envolvam pesquisa e desenvolvimento de companhias de grande porte fazem sentido nesse quadro.

Ao tratar do tamanho ideal do BNDES, Dyogo estimou desembolsos equivalentes a 2% do PIB, nível próximo ao observado antes do inchaço do banco. Em 2010, o BNDES chegou a emprestar 4,33% do PIB. Em 2017, os desembolsos foram de R\$ 70,8 bilhões, apenas 1,08% do PIB. Para Dyogo, o nível de 2% do PIB será retomado em quatro a cinco anos. Com esse volume do BNDES, ele acredita ser possível financiar o investimento e contribuir para o país crescer a um ritmo de 2,5% a 3% por um bom período, em atuação complementar à do mercado de capitais.

Nova composição

Fatias de infraestrutura e das MPMEs* nos desembolsos do BNDES (%)



Fonte: BNDES. *Micro, pequenas e médias empresas ** em R\$ bilhões *** Acumulado no primeiro semestre.

Uma decisão que pode ter inviabilizado o teto de gastos

Não foi apenas a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciada na semana passada, de propor reajuste de 16,38% no subsídio dos ministros da Corte que causou perplexidade. O que mais estarreceu aqueles que acompanham o dramático quadro das contas públicas brasileiras foi o argumento utilizado na nota que informou a decisão, divulgada na semana passada.

Segundo a nota, que pode ser lida na página do STF na internet, "o reajuste não impacta no valor total da proposta orçamentária (do Supremo) para 2019", pois para cobrir o custo da medida, estimado em R\$ 2,8 milhões, "será realizado remanejamento de despesas de custeio do Tribunal".

Certamente, o texto da nota não foi submetido aos ministros da Corte Suprema, pois eles não desconhecem o inciso V do artigo 93 da Constituição. Nele, está escrito que o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, não podendo exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores.

O texto constitucional mostra com clareza que o impacto financeiro do reajuste do subsídio dos ministros do STF não pode ser calculado apenas pelo efeito que terá no Orçamento daquela Corte. É preciso avaliar o impacto nos orçamentos do Judiciário, dos demais Poderes e também dos governos estaduais.

Aprovado o projeto com o reajuste do subsídio pelo Congresso Nacional, os vencimentos de toda a magistratura estarão automaticamente reajustados pelo

mesmo percentual. Em seguida, os magistrados estaduais serão beneficiados. O custo total do reajuste para o Judiciário em 2019 não foi divulgado, mas é quase certo que esteja na casa do bilhão. A nota do STF sequer menciona esta despesa e muito menos explica como ela será custeada ou se também será objeto de compensação.

Essa questão é de fundamental importância porque o Judiciário só cumpriu o seu teto de gasto em 2017 com a ajuda do Executivo. O limite de despesa foi "estourado" em R\$ 101,7 milhões. A emenda constitucional 95, que instituiu o teto, autorizou o Executivo a compensar eventuais "estouros" dos respectivos limites do Judiciário e do Legislativo, durante três anos.

Assim, a compensação do Executivo acabará em 2019. O recomendável seria que o Judiciário utilizasse o prazo de três anos para adotar medidas de redução de despesas, que permitissem o enquadramento no teto a partir de 2020. O que está acontecendo é justamente o contrário. Os salários dos servidores do Judiciário foram reajustados em várias parcelas, a partir de 2017. Agora, a remuneração dos juízes também aumentará, por causa do reajuste do subsídio de ministro do STF. A pergunta inevitável é se o Judiciário conseguirá cumprir o seu teto de despesas a partir de 2020.

O "efeito cascata" da decisão do STF atingirá também as despesas do Executivo e do Legislativo. Existem milhares de servidores públicos, ativos e inativos, que ganham mais do que o teto salarial, representado pelo subsídio de ministro do STF. Todo mês, os seus salários são reduzidos para que fiquem dentro do teto - esse mecanismo é chamado pela burocracia estatal de "abate teto".





Somente no Executivo são 5.773 funcionários ativos e inativos que estão nessa situação, de acordo com o Ministério do Planejamento. Com o reajuste do subsídio, eles também terão os salários aumentados. O custo para o Executivo será de R\$ 243,1 milhões, de acordo com o Planejamento. Ainda não é conhecido o custo para o Legislativo.

Para agravar a situação, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, seguiu os passos do STF e anunciou, na semana passada, a decisão de propor um reajuste de 16,38% na remuneração dos procuradores do Ministério Público da União. O custo da medida foi estimado em R\$ 101 milhões em 2019. No ano passado, o Ministério Público da União só cumpriu o seu teto de gastos com a ajuda do Executivo. O "estouro" foi de R\$ 126,1 milhões. O MPU deveria, portanto, estar adotando medidas de ajuste e não de ampliação de gastos.

É difícil acreditar que todas essas questões não foram consideradas pelos ministros do STF, quando decidiram reajustar o subsídio. A decisão pode ter inviabilizado o teto de gastos da União.

ORÇAMENTO »

Renda concentrada



"É uma incoerência brigar contra os 16,38%, enquanto há quem receba mais de R\$ 1 milhão de dividendos" Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra

» VERABATISTA

A concentração de renda que o reajuste de 16,38% para magistrados e procuradores da República pode provocar no país, além do aprofundamento da crise político-econômica — pelo reflexo imediato em outro Poderes —, foram os principais motivos alegados na ação popular movida no fim de semana pelo advogado Carlos Alexandre Klomfahs para tentar impedir que o aumento seja incluído no orçamento de 2019. As razões são endossadas por analistas de contas públicas, que apontam para a necessidade de cortar despesas para reduzir o déficit orçamentário da União e dos

estados, mas criticadas por integrantes do Poder Judiciário.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, Klomfahs aponta que 50% dos brasileiros ganham por mês, em média, 15% a menos que o salário mínimo — dos quase 100 milhões de trabalhadores ativos, 44 milhões recebem R\$ 747,00 por mês. Ou seja, 10% da população concentra 43,3% da renda do país. Essas carreiras que pleiteiam os 16,38% estão entre os 1% que ficam no topo, com renda média de R\$ 27.213 por mês, ou 36,1 vezes mais que a metade mais pobre da população.

No entender do economista Pedro Nery, consultor legislativo do Senado, a comparação com a parte mais pobre está correta. "É verdade que algumas carreiras estão há anos sem reajuste e que a correção está prevista na Constituição. Mas a recuperação da economia é lenta e a recessão foi forte. É difícil para um Estado em que a arrecadação caiu reajustar qualquer coisa", pondera. A contaminação do aumento em outros poderes e esferas também faz sentido. "Onde passa boi passa boiada. Além do impacto direto dos 16,38% no Judiciário e no Legislativo, existe uma vinculação não informal entre carreiras: a remuneração de uma é a referência para outra. A pressão por reajustes aumenta e isso é difícil de mensurar", reforçou.

Crise

Nery lembrou que o ritmo de crescimento da arrecadação federal vem caindo. Em janeiro, de acordo com a Receita Federal, subiu 10,12%, em fevereiro, 10,34%, em março, 8,42%, em abril, 8,27%, e, em maio, 7,81%. "O país passa por uma crise. O governo não tem como dar reajuste", diz Nery.

Mas, no entender de Guilherme Feliciano, presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), a iniciativa de Klomfahs foi "infeliz e demagógica". "Não se sabe ainda o custo disso tudo e se o





parlamento vai ou não aprovar, com essa ou outra alíquota. Se ele queria acabar com a concentração de renda, havia outros caminhos. Deveria ingressar com uma ação obrigando o governo a taxar dividendos”, critica.

Feliciano diz que “é uma incoerência brigar contra os 16,38%, enquanto há quem receba mais de R\$ 1 milhão de dividendos e não contribua com um centavo sequer para a União”. Ele assinalou também que nenhuma ação pode evitar que o parlamento cumpra sua missão, que é a de analisar a peça orçamentária e o Executivo, mesmo que queira, não pode deixar de enviar o Orçamento de 2019 para o Legislativo. Ângelo Costa, presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Trabalho (ANPT), disse que a maior falha na ação popular foram os “argumentos falaciosos”. “Os 16,38% dizem respeito à defasagem de vários anos, que supera os 40%. O salário mínimo

tem aumento real. Nossos subsídios, não”, alega.

Além disso, segundo Ângelo Costa, outro equívoco do advogado foi achar que “um juiz pode se imiscuir na proposta orçamentária, que cabe apenas ao Congresso analisar”.

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs argumentou que a questão orçamentária diz respeito à opinião pública, que paga 40% da renda ao governo na forma de impostos diretos e indiretos. “Além disso, é importante fomentar a discussão, deixar o debate em aberto, independentemente de um juiz — categoria que vai se beneficiar com os 16,38% — aprovar ou não. Na verdade, não estou sozinho. Quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também votaram contra o aumento, inclusive a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia”, justificou Klomfahs.